

economia - Brasil Jogo de poder na reforma financeira

Há um duplo jogo de poder no debate sobre a reforma financeira internacional. O primeiro, mais visível para toda a plateia, envolve a arquitetura do novo sistema. Os mecanismos de controle e as obrigações dos vários governos são parte desse desenho. Há muitos atrativos para a plateia no desafio de conciliar a expansão dos mercados, mantido o rumo da globalização com esquemas severos de supervisão e de segurança. Em contraste com isto, o outro jogo talvez pareça menos interessante a uma parte dos espectadores. Mas um pouco de atenção põe os fatos noutra perspectiva: a disputa menos interessante à primeira vista pode ser decisiva para o resultado final. Trata-se, neste jogo, de escolher como será discutida a reforma e qual será o poder de cada interessado. A escolha do foro pode ser um lance fundamental. De certa forma, esta questão é "mais política" do que a outra - e isto explica, provavelmente, a posição já anunciada pelo governo dos Estados Unidos.

A agenda para a reforma financeira está esboçada. Não há consenso, entre os vários grupos de países, quanto a pontos importantes, mas a direção ge-

ral foi estabelecida. A decisão dependeu, até agora, principalmente dos governos das maiores potências - do chamado Grupo dos Sete, portanto. Mantido o esquema de hoje, pouca decisão política será deixada, de fato, ao conjunto de sócios do Fundo Monetário Internacional (FMI). A assembléia de governadores, com 182 ministros, praticamente se limita a sancionar, com votos ponderados, decisões formuladas pelos mais poderosos. O Comitê Interino, em função desde os anos 70 e com representação de todos os grupos, pode ser um foro para discussões mais intensas, mas seu poder é limitado. Na prática, sua função é aconselhar e encaminhar propostas. E se esse comitê se convertesse num conselho com poder deliberativo?

A sugestão foi esboçada pelo governo francês e apoiada pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus. O governo dos Estados Unidos manifestou-se, imediatamente, contra a idéia: se a proposta for apresentada formalmente, anunciou-se em Washington, será vetada. Os norte-americanos têm peso suficiente, no FMI, para isso. Por que a divergência?

Está em jogo, evidentemente, uma escolha entre duas manei-

ras de negociar a reforma financeira. A maneira tradicional, preferida pelo governo dos Estados Unidos, é manter as decisões principais no âmbito do G-7. Pode haver sessões de um G-22, com presença de ministros de 15 economias emergentes, mas essa ampliação, na prática, de nenhum modo altera o esquema de poder. Os mais poderosos continuam, dessa forma, decidindo as questões principais, em geral sob a batuta norte-americana.

A conversão do Comitê Interino em conselho com poder deliberativo tornaria o quadro menos simples. Essa transformação está prevista no artigo 12 dos estatutos do FMI, graças a uma cláusula introduzida numa assembléia na Jamaica, nos anos 70. Os participantes teriam ainda voto ponderado, representando as cotas de países ou de grupos. Mas o foro incluiria, necessariamente, representantes de todos os grupos de países, tornando mais aberta a discussão da reforma, se ao conselho fosse atribuída a tarefa. O debate estaria sujeito às normas de um foro regular, com

**É preciso evitar
que o novo
sistema seja
criado segundo a
vontade de uns
poucos poderosos**

mandato formal e direitos definidos para todos os participantes. "O Comitê Interino, como a Junta Executiva do Fundo ou do Banco Mundial, têm o mérito de uma clara legitimidade", observou Camdessus, na entre-

vista coletiva de quarta-feira. Cada participante da junta ou do comitê, acrescentou, "tem uma espécie de legitimidade em sua presença"; determi-

nada por um tratado. O G-22 pode ser útil, segundo Camdessus, mas carece de condições para exercer um papel semelhante ao de um conselho formal.

Precisamente por sua importância, a reforma do sistema financeiro deveria ser negociada num foro com o maior equilíbrio possível entre os vários interessados. Talvez nenhum esquema garanta o equilíbrio desejável, mas o melhor lugar para o debate é com certeza um foro multilateral. Com o conselho, o FMI pode ser esse foro. Para os chamados emergentes, o pior esquema é o atual, comandado sem contraste por uns poucos governos muito poderosos.